

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.325 - PE (2019/0335587-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 30A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
INTERES. : **FABIANO MARTINS DA SILVA E OUTRO**
ADVOGADO : **LUCIANO FONSECA VALERIANO - PE034663**
INTERES. : **DUARTE CONSTRUÇÕES LTDA E OUTRO**
ADVOGADO : **WALDEMAR CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE SÁ - PE022412**
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **ANA CRISTINA UCHÔA MARTINS - PE021014**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. AÇÃO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES E REPARAÇÃO DE DANOS. SÚMULAS 150/STJ, 224/STJ e 254/STJ.

1. "Compete a Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas Públicas." (Súmula 150/STJ)
2. "Excluído do feito o ente federal, cuja presença levaria o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito." (Súmula 224/STJ)
- 3 "A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual." (Súmula 254/STJ)
4. Conflito de competência conhecido para determinar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 30A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA 30A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE, suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, suscitado.

Ação: ação de resolução contratual cumulada com devolução de valores e reparação de danos ajuizada por FABIANO MARTINS DA SILVA E OUTRO em desfavor de VILA BRAGANÇA CONSTRUÇÕES S/A, DUARTE CONSTRUÇÕES S/A e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Manifestação do JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO: determinou o envio dos autos à Justiça Comum após declarar a ilegitimidade passiva da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Manifestação do JUÍZO DE DIREITO DA 30A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE: suscitou o presente conflito de competência, concluindo que "a situação em análise exige a participação da Caixa Econômica Federal no polo passivo da presente demanda, a fim de franquear o direito do agente público financeiro ao contraditório e à ampla defesa, na medida em que eventualmente deverá submeter-se a autoridade da sentença".

Parecer do MPF: opinou pelo conhecimento do conflito, declarando-se a competência do Juízo de Direito da 30ª Vara Cível de Pernambuco - PE.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

Conheço do conflito, porquanto envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos moldes do art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que:

(i) "Compete a Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas Públicas." - Súmula 150/STJ;

(ii) "Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito." - Súmula 224/STJ;

(iii) "A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual." - Súmula 254/STJ.

No presente caso, havendo o expresse reconhecimento da inexistência de interesse jurídico da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL pelo Juízo Federal (e-STJ fls. 7/11), deve o Juízo Estadual prosseguir no julgamento da

Superior Tribunal de Justiça

demanda, nos termos das Súmulas 224/STJ e 254/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito para declarar como competente o JUÍZO DE DIREITO DA 30A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE.

Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora